DECISÃO ADMINISTRATIVA ANULAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, Senhor Jorge Luiz Sardo, no uso de suas atribuições legais, torna sem efeitos a **Dispensa de Licitação nº04/2025** pelos motivos abaixo descritos.

1. DO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Trata-se de Dispensa de Licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA LICENÇA DO SISTEMA PONTO PARA O EQUIPAMENTO CONTROL ID.**

No Presente Processo houve equívoco quando do Cadastro do Participante , sendo que empresa apresentou documentação de uma empresa que é do mesmo grupo, mas não é prestadora do serviço do Objeto desta Dispensa de Licitação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cabe frisar que o artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, dispõe que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, decorrente do princípio da legalidade, uma das mais conhecidas Súmulas do Direito Administrativo, reforça o poder de autotutela administrativa, segundo o qual a Administração pode agir de ofício, sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário, para rever seus atos.

Assim, dispõe a referida Súmula: SÚMULA 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

No mesmo sentido, a Lei nº 9.784/1999, assim, prevê: Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. (BRASIL, 1999). Desse modo, considerando que houve equívoco no processo de Dispensa 04.2025 quando do cadastro do participante.

3. DECISÃO

Desse modo, pelos motivos acima expostos, **REVOGO** a Dispensa de Licitação nº04/2025.

Imbuia, 11 de março de 2025

JORGE LUIZ SARDO
VEREADOR PRESIDENTE